



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UACC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO LUIS DA SILVA

**PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA INDÚSTRIA DE SABÃO E
DERIVADOS EM SOUSA – PB: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS GERENTES**

**SOUSA – PB
2017**

JOÃO LUIS DA SILVA

**PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA INDÚSTRIA DE SABÃO E
DERIVADOS EM SOUSA – PB: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS GERENTES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da UFCG, com requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Administração.

Orientadora: Professora Dra. Mária de Fátima Nóbrega Barbosa.

**SOUSA – PB
2017**

JOÃO LUIS DA SILVA

**PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA INDÚSTRIA DE SABÃO E
DERIVADOS EM SOUSA – PB: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS GERENTES**

Monografia apresentada em 29 de Agosto de 2017, como trabalho de conclusão do curso de Administração da Universidade Federal de Campina Grande – PB, obtendo conceito de aprovada, atribuída pela banca, constituída pela orientadora e membros abaixo.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Mária de Fátima Nóbrega Barbosa
Orientador

Prof. Me. Marcos Macri Olivera
Examinador (a)

Prof. Me. Alexandre Wallace Ramos Pereira
Examinador (a)

**SOUSA –PB
2017**

Não importa aonde você parou... Em que momento da vida você cansou... O que importa é que sempre é possível e necessário "recomeçar". Recomeçar é dar uma chance a si mesmo... É renovar as esperanças na vida e o mais importante... Acreditar em você de novo.

(Carlos Drummond de Andrade)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e oportunidade de realizar meu sonho, por me dar forças para não desistir diante dos obstáculos.

Aos meus pais Zildinete e Severino por serem base e essência do que tenho de mais valioso nessa vida, nossa família. Pelo amor, dedicação, proteção, pelo afeto, pelo exemplo, pelos conselhos, ensinamentos e pelo incentivo sempre.

A minha irmã Zilmara pelo companheirismo e compreensão.

Agradeço a minha orientadora Dra. Mária de Fátima Nóbrega Barbosa pela orientação, paciência e profissionalismo.

Agradeço a todos os meus colegas de sala pelo tempo de convivência e laços criados ao longo desse tempo, em especial as minhas amigas/irmãs Nadylane Coura e Lílian Figueirôa pela amizade, companheirismo, por tudo que fizeram e fazem por mim, vocês são presentes de Deus em minha vida. Agradeço também aos amigos, Eliel, Érica e Gabriela pelo incentivo e amizade, vocês são seres humanos incríveis.

Agradeço a todos os professores do Curso de Administração da UFCG Campus Sousa, por disseminarem de forma clara e objetiva os seus valiosos conhecimentos e experiências de vida, especialmente aos professores Flávio Lemenhe e Alberto Paashaus que sempre se mostraram disponíveis para me ajudar nessa trajetória.

E por fim agradeço a todos que de alguma forma estão sempre comigo, me incentivando e dividindo momentos bons e ruins. Muito obrigado!

RESUMO

A incorporação do tema gestão empresarial nos diversos setores organizacionais é uma crescente realidade atualmente. As mudanças de comportamento da sociedade, as novas tecnologias e a preocupação com o meio ambiente são algumas das justificativas para a implementação de sistemas de gestão ambiental visando às boas práticas operacionais e o desenvolvimento sustentável das empresas. A presente pesquisa foi realizada em uma indústria de sabão e derivados na cidade de Sousa-PB, tendo como objetivo investigar a percepção dos gerentes acerca das práticas de gestão ambiental. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário, sendo caracterizada como pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica e de campo. Os resultados mostram que a empresa não adota nenhum Sistema de Gestão Ambiental, mas um total de (66,66%) dos entrevistados afirmaram que essa implementação está nos planos da empresa. Para (50,0%) dos colaboradores a empresa ainda não adotou um Sistema de Gestão Ambiental por que não sofre pressão da Legislação. No que diz respeito aos indicadores utilizados no estudo da produção mais limpa (100,0%) dos entrevistados afirmaram que a empresa não adota nenhum mecanismo de conservação de água nem de energia. A pesquisa pode servir como base para um estudo mais profundo de todas as indústrias da cidade de Sousa-PB.

Palavras-chaves: Práticas Ambientais; Indústria; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The incorporation of the theme business management in the various organizational sectors is a growing reality today. The changes in behavior of society, new technologies and the concern for the environment are some of the justifications for the implementation of environmental management systems aiming at operational practices and the sustainable development of enterprises. The present research was carried out in a soap and derivatives industry in the city of Sousa-PB, aiming to investigate the managers' perception about environmental management practices. The methodology used was the application of a questionnaire being characterized as exploratory, descriptive, bibliographical and field. The results show that the company did not adopt a system of environmental management, but a total of (66.66%) of respondents stated that this implementation is in the company's plans. For (50.0%) of employees the company has not yet adopted an environmental management system why don't suffer pressure from the legislation. With regard to the indicators used in the study of cleaner production (100.0%) of respondents stated that the company did not adopt any mechanism of conservation of water or energy. The research can serve as the basis for a deeper study of all industries of the Sousa-PB.

Keywords: Environmental Practices; Industry; Sustainable Development.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	30
TABELA 1 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (continuação)	31
TABELA 2 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	33
TABELA 3 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA	35
TABELA 4 – USO DE MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO.....	35
TABELA 5 – DIMENSÕES UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	36
TABELA 6 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA AUDITORIA AMBIENTAL	37
TABELA 7 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DO MARKETING AMBIENTAL	39
TABELA 8 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	40
TABELA 9 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA PERFORMANCE AMBIENTAL E SOCIAL	42
TABELA 9 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA PERFORMANCE AMBIENTAL E SOCIAL (continuação)	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DO TEMA AO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	15
2.2 SUSTENTABILIDADE	15
2.3 GESTÃO AMBIENTAL	17
2.4 GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL.....	18
2.5 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	20
2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	21
2.7 ECOEFICIÊNCIA.....	23
2.8 PRODUÇÃO MAIS LIMPA.....	24
2.9 OS IMPACTOS AMBIENTAIS NO SETOR DE SABÃO.....	26
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 MÉTODO DE PESQUISA.....	27
3.2 TIPOS DE PESQUISA.....	27
3.3 COLETA DE DADOS.....	27
3.4 TRATAMENTO DE DADOS.....	28
3.5 SUJEITOS DE PESQUISA.....	28
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	29
4.1 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	29
4.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	32
4.3 PRODUÇÃO MAIS LIMPA.....	34
4.4 ECOEFICIENCIA	35
4.5 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	36
4.6 AUDITORIA AMBIENTAL	37
4.7 MARKETING AMBIENTAL.....	38
4.8 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	40
4.9 PERFORMANCE AMBIENTAL E SOCIAL	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46

REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 DO TEMA AO PROBLEMA

A gestão ambiental surgiu nas últimas décadas do século XX, podendo ser entendida como um processo que busca a harmonização das interações entre as atividades humanas com a preservação dos ecossistemas ambientais. Segundo Seiffert (2011), este processo está relacionado a condicionantes históricas, na medida em que os recursos deixam de ser abundantes, no início da Revolução Industrial, e tornam-se mais escassos, em virtude de sua apropriação pelos processos produtivos, observa-se, então, a criação de instrumentos e ferramentas para melhorar as relações entre os seres humanos e o meio ambiente.

A ameaça à sobrevivência humana frente à degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies das florestas, o aumento da temperatura por conta da emissão de gases poluentes, fizeram com que a questão ambiental ocupasse lugar de destaque. As modificações das últimas décadas vêm mudando a maneira como as organizações se relacionam, tendo como foco os cuidados com o capital natural, as gestões ambientais estão se tornando uma tendência mundial, onde as organizações buscam, além de trabalhar a questão ambiental, desenvolver também o lado da responsabilidade social. O desafio enfrentado pelas empresas é de conseguir soluções adequadas para harmonizar os planos econômico, ambiental e social.

O processo de globalização das relações econômicas incentivou a necessidade das organizações com a questão ambiental, através da adoção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). Este Sistema vem ao encontro da obrigação das empresas em adotarem práticas gerenciais apropriadas às cobranças da legislação e do mercado, a incorporação da variável ambiental dentro da gestão empresarial se tem transformado em uma necessidade inexplicável para aquelas organizações que não desejavam atuar e cumprir com as obrigações diante a sociedade que determina cada vez mais consideração e cuidado com o meio ambiente. Cobrança essa que conduz a uma maior preocupação ambiental, visando o avanço da qualidade de vida da população atual sem afetar as gerações futuras.

Gestão ambiental é um sistema de administração empresarial que dá evidência à sustentabilidade, buscando o uso de práticas e procedimentos administrativos diminuindo ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza. Conforme site da Ambiente Brasil, o sistema de gestão ambiental "é um instrumento organizacional que possibilita às instituições alocação de recursos, definição e responsabilidades; bem como também a avaliação contínua de práticas, procedimentos e processos, buscando a melhoria

permanente do seu desempenho ambiental". A gestão ambiental unifica o sistema de gestão global de uma instituição, que inclui, entre outros, estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para implementar e sustentar uma política ambiental.

A indústria é um setor da economia que tem agregado ao seu conjunto as atividades produtivas caracterizadas pela transformação de matérias-primas em mercadorias manufaturadas. A indústria pode representar um conjunto de atividades que guardam algum grau de correlação técnico-produtiva, constituindo um conjunto de empresas que operam métodos produtivos semelhantes, incluindo-se em uma mesma base tecnológica (KUPFER, 2002).

A industrialização faz parte do plano de desenvolvimento da maioria dos países, desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A indústria é apontada como uma importante geradora de bem-estar humano. Evidentemente que há um relativo exagero nessa afirmação, pois o setor industrial não pode ser visto como uma mera instituição de caridade social. Tampouco é verídico que o setor industrial não causa problemas sociais. A bem da verdade, ao contrabalançar esses dois extremos, quase sempre tem-se que os ganhos econômicos e sociais para as regiões têm sido maiores que os problemas causados.

Além disso, os problemas causados pela indústria podem ser encarados se as regiões apresentarem um planejamento adequado, por exemplo, a poluição causada pela indústria somente ocorrerá se não for feito antecipadamente um sistema de controle ambiental apropriado que consinta uma atividade industrial com externalidade amenizada (MOORE, 1968).

Um SGA diz respeito a um conjunto inter-relacionado de políticas, práticas e procedimentos organizacionais, técnicos e administrativos de uma organização que objetiva alcançar melhor desempenho ambiental, bem como, maior controle e redução dos seus danos ambientais. O desempenho ambiental versa em resultados mensuráveis da gestão de aspectos ambientais das atividades, produtos e serviços de uma empresa.

Para tanto, o modo de produção e consumo vigente acentuam os problemas ambientais e ameaçam a qualidade de vida das gerações futuras. Nascimento (2012) aponta que a continuidade desse ritmo de crescimento econômico poderá trazer até 2050 mais de dois bilhões e meio de consumidores ao mercado e que há consenso entre os cientistas que os recursos naturais não serão suficientes para garantir um modo de vida similar ao existente hoje.

Quanto maior o desenvolvimento econômico da sociedade e quanto mais diversificadas forem suas atividades produtivas, mais intensiva é a exploração dos recursos naturais (MOTTA, 2013). Resultante dessas demandas crescentes, a escassez tornou-se uma preocupação evidente diante da indisponibilidade desses recursos em consequência das pressões sobre o meio ambiente.

Nesse sentido, Seiffert (2011) aponta que para garantir a sobrevivência é preciso considerar que todas as espécies de animais e vegetais dependem do suporte e serviços ecossistêmicos dos recursos naturais e para tanto devem traduzir essa relevância em valores associados a estes bens, que podem ser valores morais, éticos ou econômicos. Diante disso, surge o seguinte problema: **qual a percepção dos gestores de uma Indústria de sabão e derivados em Sousa – PB em relação às práticas de Gestão Ambiental?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Investigar a percepção dos gerentes acerca das práticas de gestão ambiental em uma indústria de sabão e derivados da cidade de Sousa-PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever os modelos e ferramentas de gestão ambiental presentes na literatura;
- Verificar o posicionamento da empresa em relação à sustentabilidade ambiental.

1.3 JUSTIFICATIVA

A gestão ambiental, apesar de estar em foco, ainda precisa ser aprofundada em todos os campos da Ciência, inclusive na Administração, já que os profissionais dessa área têm papel principal no desenvolvimento de práticas sustentáveis. Utilizando como ferramentas, práticas sociais e ambientais corretas, as empresas devem colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional, inserindo-se assim, na sociedade civil global emergente, sem que para isso seja necessário destruir o planeta e todos os bens que ele oferece.

Pretende-se com este estudo, além de mostrar as principais ações utilizadas por uma indústria de Sousa, investigar a percepção dos gerentes acerca das práticas de gestão ambiental de uma indústria de sabão. A gestão ambiental tem por objetivo organizar atividades humanas para que estas acarretem o menor impacto possível sobre o meio. Esta organização vai desde a escolha das práticas mais adequadas até a execução da legislação e o emprego correto de recursos humanos e financeiros.

O aumento da preocupação com o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais essenciais para a continuidade da vida em sociedade tem instigado as organizações a repensarem na forma como utilizar os recursos naturais e adotar práticas ambientais. Assim, o segmento empresarial tem cada vez mais valorizado as questões ambientais e de responsabilidade social, seja por motivos legais, sociais ou de mercado. O foco outrora preponderantemente econômico no planejamento das estratégias empresariais hoje dá lugar ao desenvolvimento sustentável, através do qual o crescimento está associado ao controle dos impactos da atividade econômica no meio ambiente e de uma maior responsabilização social das organizações. A presente pesquisa se justifica por trazer uma discussão voltada às ações de gerenciamento às práticas ambientais de uma indústria de sabão e derivados localizada na cidade de Sousa-PB com a finalidade de tornar mínimos os danos causados ao meio ambiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Surgido na década de 1980, o termo Desenvolvimento Sustentável emergiu da relação entre preservação do planeta e atendimento das necessidades humanas (IUCN, 1980). O Relatório Brundtland (WCED, 1987) explica o mesmo termo de forma simples, como desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Esta definição é duradoura porque é flexível podendo existir interpretações (PRUGH; ASSADOURIAN, 2003). Em essência, o Desenvolvimento Sustentável é multidimensional, pois, incorpora diferentes aspectos da sociedade, buscando a proteção ambiental e manutenção do capita natural para alcançar a prosperidade econômica e a equidade para as gerações atuais e futuras (KELLY et al., 2004).

O que hoje é chamado de Desenvolvimento Sustentável tem evoluído como um conceito integrador, um guarda-chuva sob as quais um conjunto de questões inter-relacionadas podem ser organizadas de forma única. Trata-se de um processo variável de mudança que busca como objetivo final, a sustentabilidade em si. No mesmo contexto, a sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto para resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado (DOVERS; HANDMER, 1992). Portanto, para alcançar a sustentabilidade requer-se o desenvolvimento sustentável (PRUG; ASSADOURIAN, 2003). Por sua vez, quase todas as definições publicadas sobre o conceito de DS têm como base princípios da sustentabilidade, por exemplo, a perspectiva de longo prazo, importância fundamental das condições locais, compreensão da evolução não linear dos sistemas ambientais e humanos (MOLDAN et al., 2012).

2.2 SUSTENTABILIDADE

Dias (2011) comenta que as alterações no ambiente natural causadas pelo homem têm sua origem na pré-história, a partir da organização do trabalho a favor de um objetivo comum. No século XVIII, com a Revolução Industrial, a capacidade produtiva do homem se transformou significativamente, provocando um crescimento econômico desordenado, assim como grandes alterações no meio ambiente natural em um ritmo acelerado. Esses novos mecanismos e formas de produção, somados à exploração de recursos naturais, aumentaram gradativamente e se mantiveram durante todo o século XIX e meados do século XX sem

nenhuma alteração, não prevendo os danos para o meio ambiente. A visão que se tinha até então era a de que os recursos naturais eram infinitos e estavam sempre à disposição do homem.

No entanto, essa industrialização trouxe diversos problemas como alta concentração populacional, consumo excessivo de recursos naturais, contaminação do ar, do solo e das águas e o desflorestamento. Apesar de a revolução Industrial ter iniciado esse movimento intensivo de industrialização e exploração de recursos naturais, foi apenas a partir das duas últimas décadas do século XX que o volume físico de produção industrial assim como o emprego de mais recursos naturais tomou grandes proporções (DIAS, 2011).

A questão ambiental começou a ser abordada a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no sentido de contrapor a realidade vivida pela humanidade desde a Revolução Industrial. Com a publicação do relatório “*Nosso Futuro Comum*”, o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge, ganha força e começa a sua caminhada rumo a uma nova proposta de desenvolvimento para a sociedade. O documento publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido também como Comissão Brundtland, definiu o Desenvolvimento Sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Esse relatório enfatizou o papel da economia internacional, o crescimento populacional, a segurança alimentar, a energia, a indústria, a urbanização e a necessidade de mudanças institucionais para o alcance do Desenvolvimento Sustentável (DIAS, 2011).

O principal objetivo do relatório era a formulação de uma “*agenda global para mudança*”, propondo estratégias ambientais de longo prazo para a obtenção de um desenvolvimento sustentável e examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento, sendo dirigidas a governos, empresas privadas e às pessoas. Em última instância o que se buscou foi estimular a compreensão comum e o espírito de responsabilidade comum para o estabelecimento de uma ação comum (CMMAD, 1991).

Conforme destaca Van Bellen (2006), existem numerosas definições sobre Desenvolvimento Sustentável, mas as duas mais utilizadas são as formuladas pelo *Nosso Futuro Comum* e pela *Agenda 21*. Nesse segundo texto, foi elaborado um programa de ação considerado um novo padrão de desenvolvimento, o “Desenvolvimento Sustentável”, planejando a construção de sociedades sustentáveis conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

O principal objetivo dessa agenda foi estabelecer uma aliança mundial através da criação de níveis de cooperação entre os Estados, setores chave da sociedade e pessoas para o alcance de acordos internacionais que respeitassem os interesses de todos, protegesse o meio ambiente e o alcançasse o desenvolvimento mundial. Com o cumprimento dessa agenda, seria possível a satisfação das necessidades básicas, elevação do nível de vida, maior proteção e gerenciamento de ecossistemas e construção de um futuro mais próspero e seguro.

Dessa forma, vê-se a importância da sustentabilidade para as organizações no que diz respeito aos impactos que as atividades da empresa causam ao meio ambiente. É através da sustentabilidade que os recursos são utilizados de maneira que possam ser preservados, suprimindo as necessidades presentes, sem prejudicar as próximas gerações. As práticas de sustentabilidade resultam a médio e longo prazo numa nova perspectiva de vida para as gerações futuras, garantindo-lhes a manutenção dos recursos necessários para uma boa qualidade de vida.

De acordo com Ayres (2008), a sustentabilidade é um conceito normativo sobre a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza, e como eles são responsáveis para com o outro e as futuras gerações. Neste contexto, observa-se que a sustentabilidade é condizente ao crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO, 2012).

2.3 GESTÃO AMBIENTAL

O processo de gestão ambiental surge da interação entre dois polos - o polo fornecedor de recursos e o polo meio de vida, à medida que a sociedade extrai recursos naturais de forma desmedida é preciso estabelecer instrumentos de gestão que mantenham a integridade e capacidade da natureza barrando os processos de degradação ambiental (SÁNCHEZ, 2013).

Esse processo de gestão tem início quando o elemento humano promove transformações no ambiente natural de forma a adaptá-lo às necessidades individuais ou coletivas que resultam no ambiente urbano. A extração dos recursos naturais para sobrevivência e desenvolvimento dessas aglomerações, para Phillippi Jr., Roméro e Bruna (2014), no que concerne a forma de gerir essa intervenção no meio natural, é que determina maximização ou minimização dos impactos ao ambiente natural.

Esse grau de impacto do ambiente urbano sobre o ambiente natural pode ser verificado por meio de variáveis como a velocidade de extração e reposição desses recursos, a disposição e tratamento dos resíduos e efluentes, a política adotada para gerenciamento dessas questões, entre outras (PHILLIPPI JR; ROMÉRO; BRUNA, 2014).

Coimbra (2014) afirma que é substancial analisar a relação homem-natureza, apontando que ser humano e mundo natural são termos relativos, um não pode prescindir do outro, mas a grande questão envolve a natureza e a qualidade dessas relações. Segundo esse autor, essa relação ao longo da história das civilizações e do desenvolvimento socioeconômico, aponta um desequilíbrio, onde a degradação e má utilização dos recursos pelo homem são as causas de desastres e catástrofes, que resultam na insegurança da vida sobre a Terra.

Por isso, diante da complexidade dos problemas, “o processo de gestão ambiental surgiu como uma alternativa para buscar a sustentabilidade dos ecossistemas antrópicos, harmonizando suas interações com os ecossistemas naturais” (SEIFFERT, 2011, p. 45).

Consiste numa série de intervenções humanas sobre o ambiente natural (COIMBRA, 2014). E, para que isso seja possível não há razão de resolvê-los de forma isolada. Para uma gestão ambiental eficaz é preciso aliar vários conhecimentos, o campo de trabalho do planejamento e gestão ambiental requer equipes multidisciplinares (SÁNCHEZ, 2013; PHILLIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2014).

2.4 GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL

A gestão ambiental surgiu como um novo conceito de gerir de maneira adequada os aspectos ligados ao meio ambiente, administrar processos de qualidade e responsabilidade social, tudo isso fortaleceu a necessidade da adoção por parte das empresas, de alguns critérios mais intransigentes relativos ao uso de forma sustentável dos recursos naturais, tendo em vista que a imagem da empresa de certa forma está conectada ao seu desempenho ambiental. (AMARAL, 2006).

Embora seja considerada como um novo conceito, a gestão ambiental não é uma necessidade atual, pois os seres humanos sempre tiveram a obrigação de agir com responsabilidade para com o meio ambiente, e quando isso não acontece as consequências refletem na vida humana. Por esse pretexto Kraemer (2002) disserta que foi a agudeza de que se não fosse tomada uma atitude, a humanidade iria se prejudicar, que fez com que a gestão ambiental fosse discutida com maior assiduidade. Nas organizações a gestão ambiental vem se acentuando cada vez mais. Campos (2006) diz que a responsabilidade ambiental pode ser ponderada como uma vantagem competitiva, porque vive-se em tempos de aquecimento global e as empresas estão fazendo cada vez mais uso do marketing ambiental como um diferencial.

A gestão ambiental empresarial está fortemente relacionada com a realidade de um meio ambiente de negócios em transformação, em que a criação de sistemas e modelos de gestão está influenciada por questões sociais, ambientais, econômicas, éticas e culturais. É inegável a responsabilidade ambiental do mundo empresarial, posto que trata-se de um setor gerador de desenvolvimento, que se mal estruturado para tratar dos seus aspectos ambientais, pode apresentar um risco maior para o meio ambiente e a sociedade. É necessário pensar nos efeitos das decisões organizacionais diante das suas novas configurações de modelos e gestão, uma vez que estas decisões influenciam o cotidiano de bilhões de habitantes deste planeta.

Com isso, as empresas devem demonstrar o seu comportamento com uma maior responsabilidade socioambiental, através da mudança no seu modelo de gestão ambiental, uma vez que uma empresa bem estruturada para tratar dos seus aspectos ambientais apresenta um menor risco de ter que enfrentar multas, ações legais, por descumprimento da legislação, menor probabilidade de acidentes ambientais, menor passivo ambiental, redução dos riscos para os utilizadores dos produtos, além de reduzir impactos ambientais causados ao meio ambiente.

A gestão ambiental vem sendo, nas últimas décadas, objeto de discussão em diversos segmentos da sociedade brasileira, em razão da necessidade de oferecer respostas ao agravamento da questão ambiental e seus desdobramentos para as futuras gerações. Além disso, tem por escopo garantir a conservação e a preservação da biodiversidade, bem como a minimização de impactos ambientais das atividades humanas.

Percebe-se, atualmente, que tem havido uma notável evolução nas estratégias das empresas em direção à incorporação de parâmetros ambientais responsáveis, em que a geração de novos modelos de gestão está fortemente influenciada pelo tratamento de questões sociais e ambientais e relacionada com variáveis econômicas, mercadológicas, éticas, culturais e tecnológicas. Segundo os autores João Eduardo Prudêncio Tinoco e Maria Elizabeth Pereira Kraemer:

Para que uma empresa passe a realmente trabalhar com gestão ambiental deve, inevitavelmente, passar por uma mudança em sua cultura empresarial; por uma revisão de seus paradigmas. Nesse sentido, a gestão ambiental tem se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

Reconhecer o papel que as empresas podem exercer nesta nova ordem é por si só, uma grande virtude a favor do efeito transformador. Mudança esta que não pode deixar de estudar e de contribuir com os novos modelos de gestão e com as políticas socioambientais advindas

desse processo. Estes tempos em que afloram significativas mudanças de paradigmas estão sinalizando a migração para um novo contexto empresarial, que pode perfeitamente ser caracterizado como gestão de negócios de forma socialmente responsável e ecologicamente correta, apoiada em gestores, cada um em sua área de atuação, pelas atividades fins e pelas atividades meio das organizações.

2.5 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental é de suma importância para as empresas, pois ela integra sua imagem ao da preservação ambiental, melhorando no mercado os conceitos das marcas de seus produtos. Empresas que aceitam este sistema conseguem reduzir seus custos, evitar desperdícios e reutilizar materiais que antes eram rejeitados, organizações com gestão ambiental aprimoram suas relações comerciais com outras empresas que também seguem estes princípios.

O setor empresarial, movido pela exigência de seus consumidores, percebeu que seus clientes estavam dispostos a pagar mais por produtos ambientalmente corretos, e, deixam de comprar aqueles produtos que favorecem a degradação ambiental. Além disso, essa pressão popular atingiu também os governos, os quais passaram a constituir legislações ambientais cada vez mais severas, fazendo com que as empresas tenham que adaptar seus procedimentos industriais, utilizando-se de tecnologias mais limpas. Esta mudança na visão da questão ambiental obrigou o setor industrial a desenvolver e espalhar sistemas de gestão de seus processos de forma que atendessem a demanda vinda de seus clientes e cumprissem com a legislação ambiental vigente.

As organizações têm convivido com um processo constante de cobrança por uma postura responsável e de comprometimento para com o meio ambiente. Esta cobrança tem tido influência sobre a ciência, a política e as formas de gestão e planejamento, diante de uma crescente dos órgãos reguladores, das organizações não governamentais e, principalmente, do próprio mercado, incluindo as entidades financiadoras, como bancos, seguradoras e os próprios consumidores.

Sob tais condições, as organizações têm buscado estabelecer modelos de gestão com objetivos bem fundamentados de controle da poluição e de diminuição das taxas de efluentes, controlando os impactos ao ambiente, como também aperfeiçoando o uso de recursos naturais. Uma das maneiras de gerenciamento ambiental mais adotado pelas empresas tem sido a implementação de um sistema de gestão ambiental (SGA), conforme as normas internacionais

Série ISO 14000, buscando a aquisição de uma certificação. São dois os sistemas de gestão ambiental utilizados pelas empresas no Brasil: a NBR Série ISO 14001¹ e o Programa de Ação Responsável.

O mais utilizado é o baseado na norma NBR Série ISO 14001; o segundo é o Programa de Atuação Responsável, que tem como patrocinador a Associação Brasileira de Indústrias Químicas (Silva et al., 2003). De acordo com a NBR Série ISO 14001 (1996), “as normas de gestão ambiental têm por objetivo prover às organizações os elementos de um sistema ambiental eficaz, passível de integração com outros elementos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar os seus objetivos ambientais e econômicos”.

Essas normas ressaltam os seguintes aspectos da gestão ambiental: sistemas de gerenciamento ambiental, auditoria ambiental e investigações relacionadas, rotulagem e declarações ambientais; avaliação de desempenho ambiental e termos e definições.

Este conjunto reflete e acata as necessidades das organizações, desenvolvendo uma base comum para o gerenciamento empresarial das questões respectivas ao meio ambiente. O primeiro passo para implementação de um SGA deve ser a formalização por parte da direção da empresa, diante a sua corporação, do interesse da instituição em aceitar um SGA, deixando claro as suas intenções e ressaltando as benfeitorias a serem obtidas com a sua adoção, traduzindo o comprometimento de sua alta administração, ou, dos gerentes e chefes de suas unidades, realizando palestras de conscientização e de elucidações do abarcamento pretendida, assim como, realização de análises no meio ambiente, entre outros, e, por fim, no lançamento oficial do programa de implantação do SGA.

2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Segundo Melo Neto e Froes (2001), organizações, empresários e governo estão cientes dos riscos envolvidos na implantação indiscriminada da recente lógica econômica globalizante. Pois, além de aumentar o desemprego e gerar exclusão social, as estratégias das empresas multinacionais enfraquecem a ordem social, debilitam as forças e movimentos sociais, e esvaecem a ideia de solidariedade social.

A responsabilidade social surge como uma nova ética para atenuar a perversidade sistêmica difundida pela Ética do dinheiro (poder>consumo>dinheiro). Peter Drucker (1999,

¹ A ABNT NBR ISO 14000 especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais. A norma leva em conta aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela.

p. 24) acredita que as empresas têm a responsabilidade de encontrar uma abordagem reparadora para problemas sociais básicos causados pelo seu impacto. Segundo o mesmo autor, a organização lucra socialmente quando suas ações internas dão resultados positivos.

A empresa lucra socialmente com a maior confiabilidade e credibilidade que os clientes depositam, aumentando a venda de seus produtos com reforço da imagem e maior capacitação profissional da mão de obra local. Cohen (2003), diz em um trabalho que fala sobre empresa e sociedade, ele comenta que as empresas, no cenário mundial, vêm sendo cobradas em seu papel de cidadãs, por algumas razões, como: a busca de novos mercados pelas empresas transnacionais; o avanço do neoliberalismo; a onda de privatizações e as desregulamentações que aumentaram a parcela da economia em poder dos grupos privados. E, principalmente, com o crescimento da conscientização das sociedades. Ainda segundo ele, no Brasil há notadamente dois fatores que alavancam este processo: o elevado número de empresários jovens bem capacitados que conheceram outros países e se sentem na obrigação de trabalhar por um Brasil melhor; e o aumento da violência que está tornando a vida nas grandes cidades brasileiras insuportável, ficando impossível omitir-se diante de alguma ação que reverta esse quadro de disparidade social.

Alguns atores seguem o termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC), outros somente o termo Responsabilidade Social (RS). Na visão de Melo Neto & Fróes (2001) “a responsabilidade social corporativa é uma conduta que vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com acionistas, fornecedores e clientes”.

Eles afirmam que a RSC são ações que beneficiam todos os seus stakeholders, ou seja, todos os indivíduos engajados com a organização. O autor Ashley *et al* (2002) afirma que a responsabilidade social (RS) é o compromisso que a organização tem diante a sociedade, e o faz através de ações que a afetem de forma positiva.

Segundo Araújo 2006 (*apud* Souza, 2001) a responsabilidade social é o desenvolvimento de atividades para o atendimento de necessidades da comunidade sem que as mesmas sejam obrigadas por lei.

Na visão de Thiry-Cherques (2003), a responsabilidade social engloba o dever de pessoas, grupos e instituições em relação à sociedade como um todo. Uma organização socialmente responsável é aquela que tem a habilidade de escutar os interesses das diversas partes (acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores, Governo e meio ambiente) e consegue agrupa-los no planejamento de suas atividades, procurando atender às necessidades de todos, e não apenas dos acionistas ou proprietários (ETHOS, 2009).

No ponto de vista de Araújo 2006 (*apud* Lima, 2002) a responsabilidade social pode ser definida como o dever da organização de ajudar a sociedade a atingir suas finalidades. É uma forma de mostrar que ela existe também para colaborar com o desenvolvimento social.

Reis 2007 (*apud* Tomei, 1984) afirma que a responsabilidade social das empresas é parte da premissa de que as empresas têm responsabilidade direta e condições de abordar os diversos problemas que comprometem a sociedade.

Existem diferentes conceitos acerca RS ou RSC. Apesar disso, todos os autores remetem a um mesmo propósito, a contribuição com seu público interno/externo por meio de ações sociais. A atuação de várias organizações, principalmente as Organizações Não Governamentais (ONG's), que tem como intenção ajudar as organizações a praticarem ações sociais, beneficiou a adesão e empenho de muitas organizações na busca por práticas sociais que beneficiem a sociedade.

Entretanto, estas práticas devem estar interligadas aos interesses da organização, ou seja, aos objetivos estratégicos e não serem tomadas de maneira aleatória conseguindo assim sucesso e resposta positiva para a empresa.

2.7 ECOEFICIÊNCIA

Tomando por base a ideia de Pearson (2011), a humanidade chegou a um momento definitivo de sua história. Se a economia mundial continuar evoluindo da mesma maneira da última década, o planeta não será capaz de suportar a demanda por recursos naturais no ano de 2050. A não ser que algo seja feito a respeito. A ecoeficiência não pressupõe redução no consumo, mas sim o uso eficiente dos recursos naturais. Segundo Barbieri (2010), a ecoeficiência tem como base a ideia de que a diminuição de materiais e energia por unidade de produto ou serviço é capaz de aumentar a competitividade da empresa, ao tempo que reduz as pressões sobre o meio ambiente, tanto como fonte de recurso, tanto como depósito de resíduos. É um modelo de produção e consumo sustentável, na medida em que ressalta a produção de bens necessários e que cooperem para melhorar a qualidade de vida. O modelo implica que a organização promova uma relação com os consumidores para diminuir os impactos ambientais negativos causados pelo consumo.

Barbieri (2010) ressalta algumas práticas que tornariam as empresa ecoeficientes, dentre elas:

1. “minimizar a intensidade de materiais nos produtos e serviços;
2. minimizar a intensidade de energia nos produtos e serviços;

3. minimizar a dispersão de qualquer tipo de material tóxico pela empresa;
4. aumentar a reciclabilidade dos recursos renováveis;
5. maximizar o uso sustentável dos recursos renováveis; racionar o uso de matéria-prima e aumentar a sua; reduzir o número de acidentes; reciclar materiais e aproveitar as fontes de energia limpa (eólica, solar etc.);
6. aumentar a durabilidade dos produtos da empresa; e
7. aumentar a intensidade dos serviços nos seus produtos e serviços.”

A nova prática implica explorar o ecossistema de forma responsável, diminuindo os impactos econômicos e ambientais da produção. Observa-se que os benefícios não se restringem à conservação ambiental, mas abrangem também o desempenho econômico dos negócios. (PEARSON 2011). O paradigma da ecoeficiência acrescenta novas estratégias, aliando corte de custos, redução do uso de recursos e aumento dos lucros.

As organizações, seguindo os preceitos formados pela Comissão Brundtland, devem gerar desenvolvimento que satisfaça às necessidades da geração presente, sem afetar a capacidade das gerações futuras de suprir suas necessidades. A comissão critica o risco do uso exagerado dos recursos naturais sem levar em consideração a capacidade de suporte dos ecossistemas, apontando a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigorantes (BRAGA, 2010).

2.8 PRODUÇÃO MAIS LIMPA

A Produção mais Limpa (P+L) nasceu como um programa voltado para as atividades de prevenção da poluição, criado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

O programa prediz a instalação de vários Centros de Produção mais Limpa em países em desenvolvimento, os quais compõem uma rede de conhecimento em P+L. Os Centros são assistidos, do ponto de vista técnico, por universidades, centros de pesquisa, fundações tecnológicas internacionais, e são conectados a uma instituição hospedeira, que lhes viabiliza as instalações físicas e a manutenção administrativa. O Brasil é representado pelo Centro Nacional de Tecnologias Limpas SENAI (CNTL), localizado no Estado do Rio Grande do Sul. (CNTL, 2006).

Conforme o CNTL (2006), produção mais limpa significa “a aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica integrada aos processos e produtos, a fim de aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos gerados em um processo produtivo”.

A Produção mais Limpa tem como princípio básico a eliminação da poluição durante o processo de produção, não no final. Entretanto, “essa expressão visa nomear o conjunto de medidas que tornam o processo produtivo mais racional, com o uso inteligente e econômico de utilidades e matérias- primas e principalmente com mínima ou, se possível, nenhuma geração de contaminantes” (FURTADO, 2002, p. 33).

A Produção mais Limpa recomenda alterações, estimulando toda a organização a discorrer sobre alternativas mais inteligentes e econômicas de produção. Essa metodologia tenta unificar os objetivos ambientais aos procedimentos de produção, com a finalidade de reduzir os resíduos e as emissões em termos de quantidade e periculosidade.

Os detritos que não podem ser evitados devem, impreterivelmente, ser reintegrados ao processo de produção da empresa. Na sua contradição, medidas de reciclagem fora da empresa podem ser empregadas (CNTL, 2006).

Considerando a proposta do PNUMA, em seu texto original, os autores Furtado, J. e Furtado, M. (1998) e Furtado (2002) recomendam que esta sugeria a aplicação consecutiva de uma estratégia ambiental unificada e preventiva a processos, produtos e serviços, que:

1. aumentassem a eficiência;
2. prevenissem a poluição do ar, água e solo;
3. reduzissem os resíduos na fonte de poluição; e,
4. minimizassem os riscos aos seres humanos e ao meio ambiente.

Conforme Furtado (2002):

Produção Limpa implica em evitar (prevenir) a geração de resíduos, com profundos reflexos no comportamento da empresa, quanto ao processo, produto, embalagens, descarte, destinação, manejo de lixo industrial e restos de produtos, comportamento de consumidores e política ambiental da empresa.

Em outros termos, pode-se descrever que o objetivo da produção mais limpa é atender a precisão de produtos de forma sustentável, ou melhor, usar com eficiência materiais e energia renovável, não nociva, conservando ao mesmo tempo a biodiversidade.

Cabe ainda dizer que a Produção mais Limpa examina a necessidade real do produto ou busca outras formas pelas quais essa obrigação poderia ser contentada ou abatida. Entretanto, os sistemas de produção mais limpa são circulares e procuram o menor número de materiais, água e energia plausíveis. A implantação da Produção mais Limpa em um procedimento produtivo pode partir de múltiplas estratégias, visto que depende das metas a serem alcançadas pela empresa, sejam estas ambientais, econômicas e/ou tecnológicas.

Conforme Furtado J. e Furtado M. (1998, p. 322) “a adoção da Produção Limpa deve envolver todos os integrantes da empresa, estender-se aos consumidores e outros segmentos externos à indústria. O sucesso da empresa poderá ser alcançado com medidas simples, sem maiores esforços, nem custos elevados”.

A Produção mais Limpa encaixa-se em vários ramos ou atividades, levando em consideração a variável ambiental e em todos os níveis da organização, seja na aquisição de matérias-primas, engenharia de produto, design ou pós-venda, porém cataloga as questões ambientais com ganhos econômicos para o empreendimento.

Por conta da intensa avaliação do processo de produção, a metodologia da Produção mais Limpa induz um processo de inovação dentro da empresa. Tendo conhecimento que a poluição no “chão de fábrica” afeta a segurança do trabalho e causa risco para a saúde dos trabalhadores, a Produção mais Limpa pode minimizar estes riscos, ajudando a melhorar o conceito da empresa para seus colaboradores, diferentes clientes, comunidade e autoridades ambientais.

2.9 OS IMPACTOS AMBIENTAIS NO SETOR DE SABÃO

A questão ambiental está cada vez mais em pauta, causando uma crescente procura pelas empresas de maneira que venham a minimizar os riscos de degradação. Um exemplo de ação prejudicial ao meio ambiente é o despejo incorreto dos óleos, pois essas substâncias, quando em contato com o solo, podem atingir o lençol freático e contaminar os mananciais, além de prejudicar a agricultura, agredindo a vegetação, os microrganismos e o húmus, chegando a provocar infertilidade da área (RABELO, 2008).

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com a aplicação de um estudo em uma indústria de Sabão localizada na cidade de Sousa-PB.

De acordo com Gil (2010, p. 37), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

3.2 TIPOS DE PESQUISA

Essa pesquisa caracteriza-se nos seguintes tipos: exploratória, descritiva, bibliográfica e de campo. A pesquisa exploratória com o intuito de exploração da área e o objetivo de edificar hipóteses.

Conforme pensamento de Gil (2008 p. 27) “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Em relação à pesquisa ser caracterizada como descritiva, Kauark (et all 2010 p. 28) diz que a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento das relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática”.

Essa pesquisa é bibliográfica e segundo Fonseca (2002) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*”.

Conforme a caracterização dessa pesquisa como de campo, Fonseca afirma que “a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita através da aplicação de questionário pautado na pesquisa de Maciel (2016) que buscou a partir na análise de indicadores verificar como se dá a percepção

dos gestores em relação às práticas de gestão ambiental em uma indústria de laticínios na cidade de Sousa – PB.

As informações da atual pesquisa foram obtidas através do preenchimento de um questionário em que os gestores responderam as indagações nele contidas (Apêndice 1).

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

A análise dos dados foi feita por meio de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan & Biklen (2003), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso.

3.5 SUJEITOS DA PESQUISA

A amostra foi escolhida de acordo com a disponibilidade dos funcionários. Os sujeitos da pesquisa foram 06 funcionários de seis setores. Os setores estudados foram: Industrial, Produção, Logística, Financeiro, Administrativo e de vendas. Esses setores foram os escolhidos primeiro pela disponibilidade dos funcionários e segundo por serem os setores mais bem definidos da organização.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Conforme dados adquiridos com a aplicação do questionário, é possível observar uma divergência em relação as respostas dos entrevistados no que diz respeito a existência de uma pessoa responsável pelo gerenciamento ambiental na empresa: (33,33%) indicaram que não tem um responsável, três funcionários afirmaram que o responsável era o próprio dono da empresa (50,0%) e apenas um colaborador informou que o responsável é do setor de manutenção/utilidades (16,67%).

O nível gerencial é mais elevado para o trato das questões ambientais é a direção da empresa com (66,67%).

Sobre a importância das questões ambientais para a direção da empresa, destaca-se, com o percentual de (50,0%) a preservação do meio ambiente. Na empresa não existe uma política ambiental escrita.

Em relação a implementação de Sistema de Gestão Ambiental na empresa, (66,67%) dos colaboradores disseram que esse sistema não foi implementado, mas que está nos planos da empresa, enquanto que (33,33%) afirmaram que o sistema não está nos planos da empresa.

Atualmente a empresa não adota nenhum Sistema de Gestão Ambiental.

Um total de (50,0%) dos entrevistados afirmaram que a empresa não adotou um SGA por não sofrer pressão da legislação e a outra metade disse que a atividade produtiva não tem impactos sobre o meio ambiente e tem ausência de fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Um percentual de (33,33%) dos entrevistados afirmaram que a maior dificuldade encontrada para a implantação de um SGA é o treinamento em educação ambiental.

TABELA 1 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

DIMENSÕES	n	%	DIMENSÕES	N	%
Existência de uma pessoa responsável pelo gerenciamento ambiental			Implementação do Sistema de Gestão Ambiental		
Não existe esse responsável	2	33,33	Não, mas está nos planos da empresa.	4	66,67
Dono da empresa	3	50,0			
Sim. No setor de manutenção/utilidades	1	16,67	Não está nos planos da empresa	2	33,33
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0
Nível gerencial mais elevado para o trato das questões ambientais			Fatores que levaram a empresa a adotar um Sistema de Gestão Ambiental (ME)		
Direção	4	66,67			
Gerência	2	33,33			
TOTAL	6	100,0			
Importância das questões ambientais para a direção da empresa					
Reduzir os impactos	1	16,67			
Preservação do meio ambiente (ecossistema)	3	50,0	Não adota sistema de gerenciamento ambiental	6	100,0
Importância não especificada	1	16,67			
Questão tributária e imagem da empresa	1	16,67			
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

TABELA 1 (continuação) – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
Razões que levam a empresa a não adotar um Sistema de Gestão Ambiental?			Maiores dificuldades encontradas na implantação de um Sistema de Gestão Ambiental		
Não sofre pressões da Legislação	3	50,0	Treinamento de Educação Ambiental	2	33,33
Acredita que a atividade produtiva não tenha impactos sobre o meio ambiente	2	33,33	Identificar os impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços	1	16,67
Nunca foi fiscalizado pelos órgãos ambientais	1	16,67	Treinamento de Controle Operacional	1	16,67
TOTAL	6	100,0	Estabelecer o canal de comunicação com as partes interessadas	1	16,67
Benefícios da Implantação de um Sistema de Gestão Ambiental			Falta de interesse	1	16,67
Melhoria da imagem	3	50,0	TOTAL	6	100,0
Maior controle do processo	1	16,67			
Redução do número de multas/autuações	2	33,33			
TOTAL	6	100,0			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Assim como identificado na pesquisa de Maciel (2016), esta pesquisa também identificou que uma das maiores dificuldades encontradas na implantação de um SGA na empresa é a questão de treinamento de educação ambiental. Assim como, as empresas disseram que a falta de pressão da legislação é uma das principais razões que levam as empresas à não adotarem um SGA.

4.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O mercado externo apresenta um percentual de (33,33%) no que diz respeito as influencias na definição de estratégias por parte da empresa, seguida dos clientes do mercado interno (16,67%) conforme dados descritos na abaixo.

Para a totalidade dos entrevistados (100,0%) a empresa não aplica padrões mínimos de exigência ambiental aos seus parceiros de negócio. Pois, os mesmos afirmaram que seus fornecedores já cumprem as exigências do órgãos que as fiscalizam. Caracterizando-se assim, como um ponto fraco da organização.

A maioria (83,33%) dos colaboradores entrevistados afirmaram que a empresa não adota nenhuma política de Responsabilidade Social.

Na tabela 2, a seguir, mostra as dimensões utilizadas no estudo da responsabilidade corporativa.

TABELA 2 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
Partes interessadas influem na definição estratégica da empresa			A empresa adota alguma política de Responsabilidade Social (código de ética, balanço social, projetos sociais) na sua estrutura organizacional? Em caso afirmativo, qual?		
Os clientes do mercado externo	2	33,33			
Os clientes do mercado Interno	2	33,33			
A comunidade local	1	16,67			
As organizações governamentais (governo, prefeitura, órgãos de fiscalização)	1	16,67	Não	5	83,33
			Não Respondeu	1	16,67
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0
Aplicação pela empresa de algum padrão mínimo de exigência ambiental aos seus parceiros de negócios					
Não aplica padrões ambientais aos seus fornecedores	6	100,0			
TOTAL	6	100,0			
Por que a empresa não aplica padrões mínimos de exigência ambiental aos seus parceiros de negócios?					
Não estabeleceu padrões mínimos ambientais	3	50,0			
Nunca foi exigido pelo órgão de fiscalização e estabelecimento de padrões ambientais mínimos	3	50,0			
TOTAL	6	100,0			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Segundo a pesquisa, estes indicadores mostram o que a empresa leva em consideração na hora de definir estratégias na empresa, assim como, os padrões mínimos de exigência ambiental aos seus parceiros/fornecedores.

4.3 PRODUÇÃO MAIS LIMPA

Quando questionados sobre o consumo anual de energia, apenas dois entrevistados (33,33%) afirmaram que a empresa apresenta um gasto anual de energia, no valor de R\$ 180.000,00.

Conforme tabela abaixo, mais da metade (66,67%) dos entrevistados têm conhecimento sobre o consumo anual de água, informando que o consumo médio anual é de 1.200.000 litros. No entanto, (100,0%) dos respondentes afirmaram que a empresa não utiliza nenhum mecanismo para conservação de água nem de energia.

A tabela 3, abaixo, indica as dimensões usadas pela empresa no estudo da Produção mais Limpa.

TABELA 3 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
Conhece o consumo anual de água?			Conhecimento do gasto anual de energia		
Consumo médio anual 1.200.000 litros	4	66,67	Consumo médio anual R\$ 180.000,00	2	33,33
Não sabem	2	33,33	Não sabem	4	66,67
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0
A empresa adota algum mecanismo de conservação de água? Em caso positivo, qual?			A empresa adota algum mecanismo de conservação de energia? Em caso positivo, qual?		
Não	6	100,0	Não	6	100,0
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Estes indicadores procuram mostrar dados sobre a forma como são tratados os assuntos que dizem respeito a Produção mais Limpa, os mecanismos que a empresa adota para a redução dos gastos e desperdícios relacionados à produção.

4.4 ECOEFICIÊNCIA

No que diz respeito ao uso de mecanismos de prevenção e controle da poluição, (100%) dos entrevistados afirmaram que a empresa não adota nenhum mecanismo.

A tabela 4, a seguir, mostra o uso de mecanismos de prevenção e controle da poluição adotados pela empresa.

TABELA 4 – USO DE MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO

A empresa adota algum mecanismo de prevenção e controle da poluição	N	%
Sim.	0	0,00
Não	6	100,0
TOTAL	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É possível identificar mais um ponto negativo na organização, pois a mesma não apresenta nenhum mecanismo de conservação dos recursos.

4.5 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

O efeito estufa foi o impacto ambiental das atividades da empresa mais citado nas respostas dos colaboradores, com maior percentual de (66,67%), a exaustão dos recursos hídricos e chuva ácida somaram (33,33%). Vale ressaltar que neste item o colaborador poderia optar por uma ou mais resposta.

No que tange o questionamento sobre avaliação dos impactos ambientais, (66,67) dos entrevistados afirmaram que não são realizadas esse tipo de avaliação, o que caracteriza mais um ponto negativo para a organização, os outros (33,33%) afirmaram que essa avaliação foi realizada durante a implantação da fábrica.

Logo a seguir, na tabela 5, é possível identificar uma avaliação de impactos ambientais na empresa.

TABELA 5 – DIMENSÕES UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

DIMENSÕES	n	%	DIMENSÕES	N	%
Quais os principais impactos ambientais das atividades, produtos ou serviços da empresa?(1)			A empresa avalia os impactos ambientais relativos à sua atividade, produtos e serviços?		
Efeito estufa	4	66,67	Sim, apenas durante a implantação da fábrica com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)	2	33,33
Exaustão dos recursos hídricos	2	33,33	Não fez a avaliação dos impactos ambientais	4	66,67
Chuva ácida	2	33,33			
Carga orgânica do efluente líquido	1	0,67			
Destruição da camada de ozônio	1	0,67			
Exaustão dos recursos naturais	1	0,67			
Energia Elétrica	1	0,67			
Ruído	1	0,67			
Poluição do ar	1	0,67			
BASE	6	100,0	TOTAL	6	100,0

(1) Questão de múltipla escolha. 06 respostas válidas dentre 06 colaboradores entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A tabela acima mostra dados sobre a avaliação dos impactos ambientais por parte da empresa. Em suma, mostra quais são os maiores impactos causados pelo desenvolvimento dos produtos da empresa e como esses danos são avaliados.

4.6 AUDITORIA AMBIENTAL

Ao abordar questões relacionadas a existência de auditorias ambientais internas realizadas por ano na empresa, (50,0%) dos entrevistados afirmaram que nenhuma auditoria foi realizada, (16,67%) afirmou que foram realizadas duas auditorias e, (33,33%) não responderam a esse quesito. Os mesmos percentuais se repetiram na questão relacionada as auditorias internas em execução na empresa.

Para (83,33%) dos colaboradores entrevistados a empresa não realiza auditorias ambientais por não sofrer pressões do órgão de fiscalização.

Na tabela 6, vê-se as dimensões que a empresa utiliza para realizar uma estudo sobre as auditorias ambientais na empresa estudada.

TABELA 6 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA AUDITORIA AMBIENTAL

DIMENSÕES	n	%	DIMENSÕES	N	%
Qual o número de auditorias ambientais internas realizadas por ano?			Por que a empresa não realiza auditorias ambientais?		
Nenhuma	3	50,0	Não sofre pressões do órgão de fiscalização	5	83,33
Duas	1	16,67			
Não sabe	2	33,33			
TOTAL	6	100,0			
Quantas auditorias ambientais internas estão atuando na empresa?			Acredita que não tenha impactos ambientais para fazer uma auditoria ambiental	1	16,67
Nenhuma	3	50,0			
Uma	1	16,67			
Não sabe	2	33,33			
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É importante que sejam efetuadas auditorias na empresa pelo fato de garantir a execução rápida e qualificada de licenciamentos, além de atender as determinações dos órgãos fiscalizadores competentes. No entanto, ocorreu um equívoco na interpretação de um dos entrevistados quando questionado sobre a realização de auditorias atuantes na empresa,

apenas um respondente disse haver uma auditoria em execução na empresa o que não está acontecendo já que todos os demais colaboradores disseram não haver nenhum tipo de auditoria em execução na organização.

4.7 MARKETING AMBIENTAL

A tabela 7, abaixo identifica o indicadores utilizados no estudo do marketing ambiental na empresa, para (83,33%) dos entrevistados não existe exigências ambientais dos clientes.

Em relação à como a empresa trata das reclamações/sugestões dos clientes, comunidade, etc., (50,0%) afirmaram que as sugestões/ reclamações são recebidas pelo serviço de atendimento ao consumidor. Para (33,33%) esse tipo de serviço é relevante e contribui para a melhoria organizacional.

Um total de (83,33%) disse que a empresa não produz relatórios de performance ambiental.

TABELA 7 – DIMENSÕES UTILIZADOS NO ESTUDO DO MARKETING AMBIENTAL

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
Quais as principais exigências ambientais dos clientes? (ME)			Os concorrentes da empresa se preocupam com a performance ambiental?		
Não tem exigências ambientais	5	83,33	Sim	1	16,67
Norma dos próprios clientes	1	16,67	Não	2	33,33
TOTAL	6	100,0	Não sabe	3	50,0
Como são tratadas as reclamações/sugestões das partes interessadas (cliente, comunidade, organizações governamentais e não governamentais, acionistas, financiadores)?			TOTAL	6	100,0
Recebidas pelo SAC, com atenção e tentando solucionar o problema	3	50,0	A empresa identifica alguma vantagem competitiva, em relação aos concorrentes, por ter preocupação com a performance ambiental?		
São relevantes e contribuem para a melhoria organizacional	2	33,33	Sim	1	16,67
Por ordem de relevância	1	16,67	Não	2	33,33
TOTAL	6	100,0	Não sabe	3	50,0
A empresa produz relatórios apresentando performance ambiental?			TOTAL	6	100,0
Não produz relatórios de performance ambiental	5	83,33	A empresa adota alguma precaução para gerenciar os riscos ambientais na distribuição de seus produtos aos clientes? Qual?		
Sim, mas de conhecimento restrito da alta direção	1	16,67	Não	4	66,67
TOTAL	6	100,0	Não sabe	2	33,33
			TOTAL	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ainda sobre as dimensões utilizadas no estudo do marketing ambiental, ao serem perguntados se os concorrentes se preocupam com a questão ambiental, (50,0%) dos entrevistados disseram não saber, o mesmo percentual se repetiu quando questionados se a empresa identifica alguma vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

Quando questionados se a empresa adota alguma precaução para gerenciar os riscos ambientais na distribuição de seus produtos aos clientes (66,67%) responderam que não e os outros (33,33%) não responderam.

4.8 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para (50,0%) dos entrevistados não existe um programa de educação ambiental na, no entanto, a outra metade expressou o contrário. Dentre aqueles que afirmaram a existência de tais programas foram citados a realização de palestras (33,33%) e o Programa 3R (Reciclar – Reusar – Reutilizar) (16,67%).

Mais da metade (83,33) dos entrevistados disseram que os funcionários não são treinados no Programa de Educação Ambiental.

Na tabela 8, verificam-se as dimensões utilizadas no estudo da educação ambiental.

TABELA 8 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
Existe um programa de educação ambiental na empresa?			Qual a frequência na qual os colaboradores da empresa são treinados no Programa de Educação Ambiental?		
Não existe um programa de Educação Ambiental	3	50,0	Anual	1	16,67
Sim, informalmente através de palestras	2	33,33	Não são treinados	5	83,33
Sim, através do Programa 3 R (Reciclar - Reusar - Reutilizar)	1	16,67	TOTAL	6	100,0
TOTAL	6	100,0			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O resultado dessa dimensão vai ao encontro com os resultados da pesquisa de Maciel (2016), onde a maior parte dos respondentes afirmaram não existir um programa de educação ambiental na empresa.

4.9 PERFORMANCE AMBIENTAL E SOCIAL

Na tabela abaixo são apresentados os indicadores considerados no estudo da performance ambiental e social. Do total, (16,67%) dos entrevistados informaram que a organização estabelece indicadores de performance ambiental apenas na área de energia elétrica.

Para (83,33) dos respondentes à questão sobre o porque a empresa não estabelece indicadores de performance ambiental, todos afirmaram que nunca foi exigido pelos órgãos fiscalizadores o estabelecimento desses indicadores. O que se refere a existência de uma sistemática para promover melhorias nos indicadores, (66,67) disseram que não existe nenhuma sistemática.

A respeito das ações de ganhos financeiros considerando o meio ambiente, (50,0) afirmaram que tem executado ações através da redução de custos. A legislação ambiental é conhecida por (66,67%) dos respondentes.

Quando questionados se a empresa consegue dimensionar o retorno financeiro, (100%) dos entrevistados afirmaram que não.

Sobre o acompanhamento da legislação ambiental, (66,67) afirmaram que não há acompanhamento, (16,67%) disseram que é através do setor jurídico da empresa e (16,67%) não responderam.

Logo abaixo, na tabela 9, é possível verificar as dimensões usadas no estudo da performance ambiental da empresa.

TABELA 9 – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA PERFORMANCE AMBIENTAL E SOCIAL

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
A empresa estabeleceu indicadores de performance ambiental?			A empresa tem executado ações de alterações de processo devido à oportunidade de ganhos financeiros considerando a variável ambiental?		
Sim, através dos padrões legais	1	16,67	Sim, através da redução de custos	3	50,0
Não possui indicadores de performance ambiental	5	83,33	Sim, através da venda de rejeitos (resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos) após alterações de processo	2	33,33
TOTAL	6	100,0	Não identificou oportunidades de ganhos financeiros	1	16,67
Quais são as áreas que a empresa estabeleceu padrões mínimos de performance ambiental?			TOTAL	6	100,0
Energia elétrica	1	16,67	A empresa consegue dimensionar o retorno financeiro do investimento ambiental?		
Não Respondeu	5	83,33	Não	6	100,0
TOTAL	6	100,0	TOTAL	6	100,0
Por que a empresa não estabeleceu indicadores de performance ambiental?			A empresa conhece a Legislação Ambiental relativa às suas atividades?		
Nunca foi exigido pelos órgãos de fiscalização o estabelecimento de indicadores de performance ambiental	5	83,33	Sim, integralmente	1	16,67
Não sabe	1	16,67	Sim, parcialmente	4	66,66
TOTAL	6	100,0	Não	1	16,67
Existe uma sistemática para promover a melhoria contínua dos indicadores de performance ambiental da empresa?			TOTAL	6	100,0
Não	4	66,66	Como é realizado o acompanhamento da Legislação Ambiental?		
Não sabe	2	33,33	Não é acompanhado	4	66,66
TOTAL	6	100,0	Através do setor jurídico da empresa	1	16,67
			Não Respondeu	1	16,67
			TOTAL	6	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Segundo os entrevistados, foram realizados investimentos para o andamento da Legislação ambiental, voltados para o controle de efluentes líquidos (16,67%) e para o controle de resíduos sólidos (66,67%).

Segundo os entrevistados, a empresa não recebeu nenhuma notificação/multa de órgãos ambientais nos últimos dois anos.

A maioria dos entrevistados (66,67%) afirmaram que a empresa tem contribuído de forma direta para a geração de emprego no município nos últimos dois anos.

TABELA 9 (continuação) – DIMENSÕES UTILIZADAS NO ESTUDO DA PERFORMANCE AMBIENTAL E SOCIAL

DIMENSÕES	N	%	DIMENSÕES	N	%
Foram realizados investimentos para o andamento da Legislação Ambiental?			Quais os benefícios extras concedidos aos funcionários?		
Sim, para o controle dos efluentes líquidos	1	16,67	Nenhum	6	100,0
Sim, para o controle de resíduos sólidos	4	66,67	TOTAL	6	100,0
Não foram necessários investimentos	1	16,67	Como se dá a relação da empresa com a comunidade do entorno no que se refere aos benefícios sociais?		
BASE	6	100,00	Não há benefícios	4	66,66
A empresa já sofreu alguma multa/notificação do órgão de fiscalização ambiental nos últimos dois anos. Quantificar.			Não sabe	2	33,33
Não	6	100,00	TOTAL	6	100,0
TOTAL	6	100,00			
Qual tem sido a contribuição da empresa para a geração de emprego no município nos últimos 2 anos?					
Geração direta de emprego e renda para a região	4	66,67			
Não Respondeu	2	33,33			
TOTAL	7	100,00			

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No que se refere aos benefícios extras concedidos aos funcionários, os entrevistados responderam por unanimidade que não existe nenhum benefício concedido por parte da empresa. Segundo os entrevistados, a relação da empresa com a comunidade do entorno no que se refere aos benefícios (66,66%) responderam que não há benefícios sociais para a comunidade e os outros (33,33%) afirmaram não saber da existência desses benefícios.

As dimensões de Performance ambiental mostrados nas tabelas 10 e 11, indicam entre outros aspectos se a empresa estabelece esses indicadores, assim como, a relação da empresa com os funcionários e com a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar a percepção dos gerentes acerca das práticas de gestão ambiental em uma indústria de sabão e derivados da cidade de Sousa-PB.

Foi verificado o posicionamento da empresa em relação à sustentabilidade ambiental, onde foi identificado que a empresa necessita de grandes mudanças no que diz respeito às essas práticas. Destaca-se como limitação a amostra da pesquisa e sugere-se que para pesquisas futuras seja ampliada a amostra.

Para (50,0%) dos entrevistados, um dos principais motivos que fazem com que a empresa não adote um SGA é a falta de fiscalização por parte da legislação.

Os entrevistados em sua totalidade disseram que não é aplicado nenhum padrão mínimo de exigência ambiental aos seus fornecedores, isso se dá pelo fato de que os fornecedores já são regulamentados/fiscalizados por órgãos competentes.

A empresa estudada, não utiliza nenhum tipo de mecanismo de conservação de água nem energia. Com isso, percebe-se que a empresa não utiliza um Sistema de Gestão Ambiental. A partir disso, sugere-se que a empresa adote um SGA para melhor desempenhar suas atividades e atender a todas as exigências em conformidade com a legislação.

O uso de um Sistema de Gestão Ambiental por parte de uma empresa pode trazer vários benefícios, dentre eles: conformidade legal, evitando penalidades; indenizações e até mesmo processo criminal. Outro benefício é a melhoria da imagem da organização. Assim como, a melhoria da competitividade e redução de custos, devido à minimização dos desperdícios de matéria-prima e insumos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. R. M. **Exclusão social e responsabilidade social empresarial**. Maringá, vol. 11, n. 2, mai/ago. 2006. pela norma ISSO 14001.2006.
- ASHLEY, P. A. *Et. al.* **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- AYRES, R.U. **Economia da sustentabilidade**: onde ficamos? *Economia Ecológica*, v.67, n.2, 2008.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12. ed. Porto: Porto, 2003.
- BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental** – Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.
- CAMPOS, L. M. S. **Os sistemas de gestão ambiental**: empresas brasileiras certificadas pela norma ISSO 14001.2006. Disponível em: <http://www.abepro.org/biblioteca/ENEGEP2006_TR520346_7815.pdf>. Acesso em: 03 de jul. 2017.
- COIMBRA, J. A. A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: PHILIPPI JR. A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Org.). **Curso de Gestão ambiental**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Tradução de: Um Futuro Comum. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Incerteza, sustentabilidade e mudança. **Mudança Ambiental Global**, v.2, n.4, p. 262-276, 1992.
- DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FURTADO, M. R. **P+L**: Brasil assume compromisso com a produção mais limpa. **Química e Derivados**. São Paulo, ano XXXVII, n. 407, p. 32-54, ago. 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____ **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/indicadores>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

KAUARK, F.; CASTRO, F.; MEDEIROS, C. **Metodologia da pesquisa:** guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KELLY, R.; SIRR, L.; RATCLIFFE, R. Futuros pensamentos para alcançar o desenvolvimento sustentável a nível local na Irlanda. **Prospectiva**, v.6, n.2, p.80-90, 2004.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

KRAEMER, M. E. P. **Gestão ambiental:** um enfoque no desenvolvimento sustentável. 2002.

KRAEMER, T. H. **Modelo econômico de controle avaliação de impactos ambientais.** Tese de Doutorado em Eng. de Produção, UFSC, 2002.

LOZANO, R. Rumo a uma melhor integração da sustentabilidade nos sistemas das empresas: uma análise de iniciativas corporativas voluntárias. **Journal of Cleaner Production**, v.25, n.0, p.14-26, 2012.

MACIEL, H. L. C. Análise dos Gestores acerca das práticas de Gestão Ambiental: Um estudo na Indústria de Laticínio Belo Vale - Isis em Sousa – PB, 2016.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa:** O Caso Brasileiro, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOLDAN, B.; JANOUAKOVÁ, S.; HÁK, T. **Como compreender e medir a sustentabilidade ambiental:** indicadores e metas. Indicadores ecológicos, v.17, p. 4-13, 2012.

MOORE, W. E. O impacto da indústria: modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MOTTA, R. S. **Economia ambiental.** 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Rev. Estudos avançados.** v. 26, n. 74, 2012.

PERSON, A. **Gestão Ambiental.** São Paulo: Editoração eletrônica e diagramação: Globaltec Artes Gráficas Ltda. Câmara Brasileira do Livro, 2011.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.. **Uma introdução à Gestão Ambiental.** In: PHILIPPI JR. A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Org.). Curso de Gestão ambiental. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

PRUGH, T.; ASSADOURIAN, E. **O que é a sustentabilidade, afinal?** Relógio Mundial, v.16, n.5, p.10-21, 2003.

RABELO, R. A. **Coleta seletiva de óleo residual de fritura para aproveitamento industrial**. Orientação: Professor Osmar Mendes Ferreira. Universidade Católica de Goiás, Goiás, p. 1 - 21, 2008.

REIS, C. N. **A responsabilidade social das empresas**: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, mai/ago. 2007.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, V. A. R.; ALARCÓN, O. Q.; SILVA JR., H. S.; VIEIRA FILHO, O. Aproximando ISO 14001 aos objetivos ambientais públicos. In: **SEMINÁRIO ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE**, 3., 2003, Campinas. Regulação estatal e auto-regulação empresarial para o desenvolvimento sustentável. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2003.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Responsabilidade moral e identidade empresarial**. Curitiba, vol. 7, 2003.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WCED. **Nosso Futuro Comum**. Oxford: Oxford University Press 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100002>. Acesso em 07 de Jun. 2017.